



Editorial e O Destaque do Mês ... 1

O Estado da Água ... 3

Por dentro da APRH ... 4

Eventos e Iniciativas ... 6

Legislação ... 9

Investigação e Desenvolvimento ... 10

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS RECURSOS HÍDRICOS

EDITORIAL

Este número do Boletim, publicado especialmente no Dia Nacional da Água, refere algumas iniciativas associadas à questão das situações hidrológicas extremas, cuja intensidade e duração se prevê que venham a acentuar-se com as alterações climáticas.

No que respeita ao problema das cheias, o início do ano hidrológico apresenta-se como uma ocasião apropriada para fazer um balanço do que tem sido feito naquele domínio e para discutir o impacto da aplicação da Directiva, aprovada no passado dia 25 de Abril pelo Parlamento Europeu, relativa à avaliação e gestão das inundações, pelo que no próximo dia 11 de Outubro terá lugar uma sessão técnica sobre o assunto, integrada no Ciclo de Debates da APRH.

Esta Directiva, cujos objectivos consistem na protecção da saúde humana, do ambiente, do património cultural e das actividades económicas, deverá ser transposta para a legislação nacional até meados de 2009.

Pena é que o mesmo não se passe relativamente às secas, já que, não obstante os esforços da presidência portuguesa no conselho informal de Ministros do Ambiente dos 27, realizado no início de Setembro, a ideia de a UE vir a adoptar uma Directiva específica para atender a situações de seca foi remetida "para mais tarde".

Ninguém terá dúvidas de que este "mais tarde" será, na prática, mesmo muito mais tarde. De facto, apesar de ter sido reconhecido que as secas constituem um problema à escala europeia e que a situação tende a agravar-se com as alterações climáticas, optou-se pela "prudência", ou seja, por uma avaliação prévia dos efeitos da aplicação da Directiva-Quadro da Água (DQA) na prevenção e atenuação dos efeitos das secas!

À luz deste argumento, e por analogia, poderá perguntar-se se a aprovação da Directiva das cheias terá sido uma imprudência. Contamos consigo na sessão do próximo dia 11 de Outubro para participar numa eventual resposta a esta questão.

Bom Ano Hidrológico.

José Vieira da Costa

Presidente da Comissão Directiva da APRH

O DESTAQUE DO MÊS

Enfrentar o desafio da escassez de água e das secas na União Europeia - Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho

Nos últimos anos, fenómenos associados à escassez de água e à seca afectaram muitos países europeus, tendo-se manifestado de formas e intensidades diferentes. No Reino Unido, pelo segundo ano consecutivo, foram impostas restrições a quase 3 milhões e meio de consumidores. Na Itália e na Grécia viveram-se, este ano, situações críticas de seca em várias bacias hidrográficas. Actualmente, a escassez de água afecta 17% do território europeu e pelo menos 11% da população da União Europeia.



Leito do rio Pó em Itália.



Visão de Atenas durante os fogos deste Verão.



Secas em Portugal em 2005.

Está ainda fresca na nossa memória a seca de 2005 em Portugal, uma das piores secas de sempre, com prejuízos equivalentes a 1% do PIB.

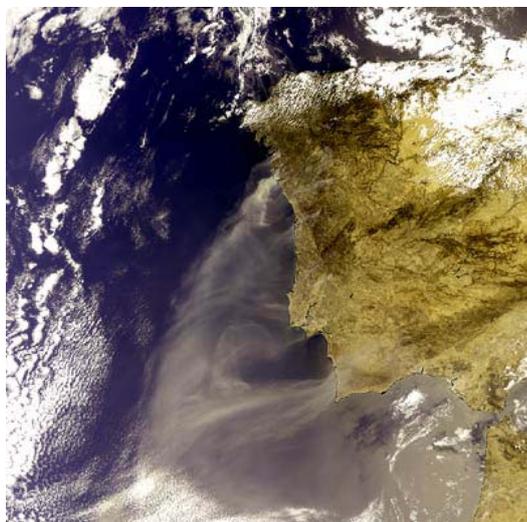
Portugal, juntamente com outros países da UE, tem vindo a solicitar à Comissão Europeia que o problema da seca e da escassez de água seja enquadrado numa política europeia, tal como a que existe para as cheias. De facto, embora tradicionalmente os

problemas determinados pela escassez de água e pelas secas fossem associados, essencialmente, aos países do Sul da Europa, nos últimos dois anos tem-se assistido a uma crescente consciencialização da sua gravidade, também, em muito países do Norte e do Centro da Europa.

Escassez de água e seca foi o tema do Conselho Informal de Ministros do Ambiente da Presidência Portuguesa, que teve lugar recentemente, em Sintra, a 1 de Setembro. Neste encontro, foram discutidos os efeitos da escassez de água a nível europeu, os seus impactos sociais e económicos e as suas relações com o processo das alterações climáticas.

Portugal sublinhou a necessidade e urgência da União Europeia desenvolver uma abordagem adequada a este problema, uma vez que os actuais instrumentos políticos de gestão de recursos hídricos não são, por si só, suficientes.

(Continua na página seguinte.)



Secas em Portugal em 2005.

Enfrentar o desafio da escassez de água e das secas na União Europeia - Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho

De forma alargada, os ministros do Ambiente da UE concordaram que as secas constituem "um problema europeu" e não apenas de algumas regiões comunitárias. Em conferência de imprensa, no final desse Conselho Informal, o Ministro Nunes Correia, que presidiu aos trabalhos, referiu que "não foi excluída" a ideia de a UE vir a adoptar uma Directiva específica para atender a situações de seca na Europa.

Neste contexto, a Comissão Europeia publicou, em 18 de Julho último, um documento com linhas orientadores sobre as estratégias a seguir quanto à escassez de água (COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO - Enfrentar o desafio da escassez de água e das secas na União Europeia, disponível em http://ec.europa.eu/environment/water/quantity/scarcity_en.htm), que serviu de base ao Conselho Informal da Presidência Portuguesa de 1 de Setembro.

Resumidamente, este documento define as orientações políticas para as acções futuras no que concerne à escassez de água e às secas. Em seguida, destacam-se algumas das orientações aí definidas:

- Fixação de um preço justo para a água.

A nível nacional, até 2010, implementar uma tarifação da água baseada numa avaliação económica coerente das utilizações da água e do valor da água, com incentivos adequados para a utilização eficiente dos recursos hídricos e uma contribuição adequada das diferentes utilizações da água para a recuperação dos custos dos serviços hídricos, em conformidade com os requisitos da DQA.

- Atribuição mais eficiente da água e dos respectivos financiamentos.

A nível nacional, assegurar a aplicação rigorosa da Directiva sobre Avaliação Ambiental Estratégica em todos os sectores económicos, e incentivar os Estados-membros a identificar as bacias hidrográficas sujeitas quase permanentemente a stress hídrico ou a escassez de água. A nível europeu, aperfeiçoar as actuais orientações da Comissão em matéria de infra-estruturas hídricas e, no contexto das políticas de desenvolvimento regional e rural, determinar se é necessário avançar mais no que diz respeito às condições ambientais prévias relacionadas com uma efectiva gestão da água, que deverão ser respeitadas para se poderem conceder quaisquer apoios a infra-estruturas ou equipamentos adicionais de abastecimento de água.

- Melhoria da gestão dos riscos de seca.

- Desenvolvimento de planos de gestão dos riscos de seca.
- Desenvolvimento de um observatório e de um sistema de alerta precoce sobre secas.
- Optimização da utilização do Fundo de Solidariedade da UE e do Mecanismo Comunitário de Protecção Civil.

- Consideração de infra-estruturas adicionais de abastecimento de água.

- Promoção de tecnologias e práticas concorrentes para uma boa eficiência hídrica.

- Promoção de uma cultura de poupança de água na Europa .

A nível da EU, explorar, em conjunto com a Aliança Europeia para a Responsabilidade Social das Empresas, a possibilidade de criar uma iniciativa do tipo "aliança" sobre a utilização eficiente da água; incentivar a inclusão de regras relativas à gestão da água em sistemas existentes e futuros de certificação e de qualidade e explorar a possibilidade de alargar sistemas existentes de rotulagem da UE, sempre que adequado, a fim de promover dispositivos hídricos eficientes e produtos de baixo consumo hídrico.

- Aprofundamento dos conhecimentos e melhor recolha de dados.

- Desenvolvimento de um sistema de informação sobre a escassez de água e as secas na Europa.
- Oportunidades em matéria de investigação e desenvolvimento tecnológico.

Em síntese, este documento é um primeiro passo para a definição de uma estratégia europeia para a escassez de água e secas, que deve culminar numa Directiva Comunitária, em moldes semelhantes ao que já foi feito para as cheias.





Construção da barragem do Baixo Sabor anunciada em Agosto

O ministro da Economia anunciou, no passado dia 29 de Agosto, que a construção da barragem do Baixo Sabor arranca já no próximo ano. Esta decisão foi anunciada dias depois de a Comissão Europeia ter informado que foi arquivada a queixa contra Portugal apresentada por ambientalistas, pondo termo a um processo que se arrastou por um década.

Bruxelas justificou o arquivamento do processo com as respostas dadas por Lisboa às dúvidas que tinham sido levantadas. Entre as medidas compensatórias assumidas por Portugal está, por exemplo, uma capacidade inferior ao que foi inicialmente estimado para a barragem, de modo a proteger os locais onde as águias fazem os ninhos, além da construção de caminhos e pontes artificiais para a passagem dos lobos.

A EDP - Energias de Portugal - será a responsável pelo desenvolvimento do projecto, que vai envolver um investimento total de 354 milhões de euros, integralmente suportado por esta empresa, e vai criar mais de mil postos de trabalho. O Estado português vai candidatar-se ao financiamento comunitário de 20 por cento do custo total da obra, apesar de a eléctrica portuguesa ter já referido que o investimento não está dependente deste apoio.

Segundo a EDP, além de desempenhar um papel preponderante no abastecimento de água para consumo humano e agrícola, na regularização dos caudais, na melhoria das condições de combate aos fogos e na redução de emissões de CO₂, a construção do aproveitamento do Baixo Sabor prevê, ainda, a criação de condições para o crescimento sustentado da energia eólica.

Para a manutenção, ao longo dos 75 anos de vida do Baixo Sabor, das medidas de carácter ambiental a implementar, está já assegurado um Fundo Financeiro de cerca de 750 mil € por ano. A entidade gestora deste fundo será constituída por agentes locais, comunidade científica, Organizações Não Governamentais e entidades relevantes da Administração Pública. As medidas compensatórias adoptadas permitirão a melhoria das condições de espécies protegidas (lobo, águias e morcegos).

O prazo para apresentação de propostas terminará em Janeiro de 2008 e a adjudicação e lançamento da obra ocorrerá até meio do próximo ano. Está previsto que a entrada em serviço ocorra entre 2012 e 2013.

Mais informações disponíveis em: http://www.edp.pt/EDPI/Internet/PT/Group/Media/EDPNews/2007/Baixo_Sabor.htm, <http://www.saborcombarragem.org/>, <http://www.saborlivre.org/>.

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO APROVEITAMENTO DO BAIXO SABOR:

Localização:	Torço inferior do rio Sabor (afluente do Douro)
Potência instalada:	170 MW
Produção anual:	250 GWh
Capacidade de produção:	- 150 MW todos os dias úteis durante 2 meses - 700 MW nas horas de ponta nas centrais a jusante no Rio Douro
Investimento:	354 M€
Entrada em serviço:	2012-13

O BAIXO SABOR TEM UMA IMPORTÂNCIA FUNDAMENTAL EM DIVERSAS VERTENTES DISTINTAS

Reserva estratégica de água para emergências:	Constituição de uma reserva de emergência de 450 Mm ³ , actualmente inexistente
Capacidade de armazenamento:	Duplica capacidade portuguesa no Douro, com mais 630 Mm ³
Controlo de cheias:	Redução de 1,5m
Contributo para o crescimento da energia eólica:	Perto de 20% da actual capacidade de bombagem
Redução das emissões de CO₂:	Superior a 5% das emissões do sector

FONTE: http://www.edp.pt/EDPI/Internet/PT/Group/Media/EDPNews/2007/Baixo_Sabor.htm



IV Congresso sobre Planeamento e Gestão das Zonas Costeiras dos Países de Expressão Portuguesa

O IV Congresso sobre Planeamento e Gestão das Zonas Costeiras dos países de Expressão Portuguesa pretende ser o palco adequado para divulgar e debater a temática das zonas costeiras junto de técnicos, gestores, investigadores e responsáveis que exercem a sua actividade nesta área. No âmbito da sua organização prevê-se a realização de debates, mesas redondas e comunicações técnicas e científicas com a colaboração de oradores convidados e autores de comunicações livres.

Foi escolhido como tema principal "A Especificidade dos Territórios Insulares", que pode ser abordado considerando diversos sub-temas, nomeadamente: Geomorfologia, Ecossistemas, Património e Culturas Autóctones, Acessibilidades, Recursos, Actividades Económicas, Turismo, Dinâmicas Costeiras, Monitorização, Segurança e Gestão de Riscos Naturais, Riscos Associados a Alterações Climáticas Globais, Modelos de Desenvolvimento, Tecnologias de Informação na Investigação, Planeamento e Gestão, Participação Pública, Quadro Normativo e Institucional, Gestão Integrada, Programas de Acção, Exemplos de Boas Práticas.

O Congresso, organizado pela APRH, decorrerá no Funchal entre 17 e 19 de Outubro de 2007.

Mais informações em: <http://www.aprh.pt/texto/17-191007.html>.



A APRH organiza sessão técnica sobre a Directiva relativa a Avaliação e Gestão dos Riscos de Inundações

No início de mais um ano hidrológico, a APRH considerou oportuno promover uma sessão técnica que permitisse avaliar o impacto da aplicação da Directiva relativa à avaliação e gestão dos riscos de inundações, aprovada no Parlamento Europeu, no dia 25 de Abril de 2007, e que deverá ser transposta para o direito nacional até 2009.

Esta directiva tem como objectivo reduzir e gerir os riscos ligados às inundações, para a saúde humana, o ambiente, as infra-estruturas e os bens públicos e privados. Para tal, está previsto o desenvolvimento de cartografia das áreas inundáveis em todas as zonas com risco significativo de inundações, a coordenação no interior de bacias hidrográficas comuns e a elaboração de planos de gestão dos riscos de inundações, através de um amplo processo de participação.

Dada a diversidade da UE em termos geográficos, hidrológicos e de ordenamento do território, a Directiva dá flexibilidade aos Estados-membros para determinarem o nível de protecção a exigir, as medidas a adoptar para atingir esse nível de protecção e os calendários para implementar os planos de gestão dos riscos de inundações. A Directiva e as medidas adoptadas para a aplicar estão estreitamente ligadas à implementação da própria DQA.

Em Portugal, foram já desenvolvidos instrumentos de planeamento e de gestão de crises que têm vindo a permitir minorar significativamente os efeitos da ocorrência de cheias. Refira-se, a título de exemplo, o SVARH - Sistema de Vigilância e Alerta de Recursos Hídricos - que é um sistema que, em tempo real, dá informações relativas aos caudais dos rios, aos valores de precipitação e às albufeiras, desempenhando um papel fundamental na prevenção das cheias, em estreita ligação, nos rios internacionais, com as autoridades espanholas. O SVARH, desenvolvido e gerido pelo Instituto da Água, tem sido utilizado pelas entidades com responsabilidades na área da hidrologia e das catástrofes naturais, bem como por outros utilizadores na área da gestão do recurso água.

A sessão realizar-se-á no dia 11 de Outubro de 2007, no Pequeno Auditório do Laboratório Nacional de Engenharia Civil. O programa previsto é o seguinte:

- 16:30 - Apresentação. José Vieira da Costa (APRH)
- 16:40 - A Directiva relativa à avaliação e gestão dos riscos de inundações. Cláudia Brandão (Instituto da Água).
- 17:40 - Metodologias de Avaliação de Riscos. Betâmio de Almeida (Instituto Superior Técnico).
- 17:00 - A articulação com outros instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos. Rodrigo Proença de Oliveira (Universidade Nova de Lisboa e Chiron).
- 17:20 - A Directiva e a protecção civil. Henrique Vicêncio (Autoridade Nacional de Protecção Civil).

Para mais informações, por favor contactar o secretariado da APRH, através do endereço de correio electrónico: aprh@aprh.pt.





LESAM 2007 - 2.ª Conferência Internacional sobre Gestão Patrimonial de Infra-estruturas

Sob a égide da *International Water Association (IWA)*, realiza-se, entre os dias 17 e 19 de Outubro de 2007, a 2.ª Conferência Internacional sobre Gestão Patrimonial de Infra-estruturas (*2nd Leading Edge Conference on Strategic Asset Management - LESAM 2007*).

O evento, organizado pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), pela Comissão Nacional da Associação Internacional da Água (CNAIA) e pelo Fundo para o Desenvolvimento das Ciências da Construção, terá lugar no LNEC, em Lisboa.

A APRH está representada na Comissão Organizadora desta conferência e apela à participação de todos os associados.

As informações sobre a Conferência estão disponíveis no [site: www.lesam2007.org](http://www.lesam2007.org) ou através do endereço de correio electrónico: lesam@lesam2007.org.



9.º Congresso da Água: "Água: desafios de hoje, exigências de amanhã"

A Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos tem o prazer de anunciar a realização do 9.º Congresso da Água que terá lugar em Cascais, no Centro de Congressos do Estoril, de 2 a 4 de Abril de 2008. O lema escolhido para o 9.º Congresso da Água é "Água: desafios de hoje, exigências de amanhã".

Neste âmbito, a lista indicativa dos temas a abordar inclui:

- Água e Agricultura
- Água e Ordenamento do Território
- Águas Subterrâneas
- Alterações Climáticas e Recursos Hídricos
- Avaliação de Impacte Ambiental em Recursos Hídricos
- Ecohidráulica
- Economia da Água
- Gestão e Ordenamento de Zonas Costeiras
- Governância da Água
- Hidráulica Fluvial
- Hidráulica Marítima
- Hidroenergia
- Informação e Monitorização em Recursos Hídricos
- Novas Tecnologias na Gestão da Água
- Obras Hidráulicas: da Concepção à Reabilitação
- Planeamento e Gestão de Recursos Hídricos
- Protecção dos Meios Hídricos e Qualidade da Água
- Quadro Normativo Nacional e Internacional
- Segurança e Gestão de Risco
- Serviços de Água: Abastecimento, Saneamento e Reabilitação
- Situações Hidrológicas Externas
- Uso Eficiente da Água

A data limite para recepção dos resumos das comunicações e dos *posters* é 5 de Novembro de 2007.

As informações sobre o 9.º Congresso da Água estão disponíveis no [site: http://www.aprh.pt/congressoagua2008/index.html](http://www.aprh.pt/congressoagua2008/index.html).



9.º CONGRESSO DA ÁGUA

XIII Simpósio Luso-Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental

O XIII Simpósio Luso-Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental é uma realização da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES), da APRH e da Associação Portuguesa para Estudos de Saneamento Básico (APESB), com o apoio da ABES Secção Pará.

Este evento decorrerá na cidade de Belém do Pará, no Brasil, entre os dias 9 e 13 de Março de 2008.

Para mais informações consultar o [site: http://www.abes.locaweb.com.br](http://www.abes.locaweb.com.br).





	Tema	Local	Promotor
2 Out. - 4 Out.	Reunião científica de peritos sobre critérios ecológicos e sistemas de classificação biogeográfica (...)	São Miguel, Açores	Organizado no contexto da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia
2 Out. - 4 Out.	<i>Waterfront Expo 2007</i>	Centro de Congressos de Lisboa	Waterfront Expo Limited
2 Out. - 6 Nov.	Formação Profissional Especializada em Implementação de Sistemas de Gestão Ambiental	Lisboa	APEMETA - Associação Portuguesa de Tecnologias Ambientais
8 Out. - 10 Out.	Direito e Legislação do Ambiente: O Jurista Versus o Engenheiro	Instituto Superior Técnico, Lisboa	Fundação para a Formação Contínua em Engenharia Civil
10 Out. - 12 Out.	<i>European Meeting Point Energy For Development 2007</i>	Instituto Politécnico de Beja, Beja	Instituto Superior Técnico e Instituto Politécnico de Beja
10 Out. - 13 Out.	Conferência anual do Conselho Nacional do ambiente e do desenvolvimento sustentável	Évora	Organizado no contexto da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia
11 Out.	Sessão técnica sobre a Directiva relativa a Avaliação e Gestão dos Riscos de Inundações	Pequeno Auditório do LNEC, Lisboa	APRH
12 Out. - 13 Out.	1.º Seminário sobre Conservação e Gestão de Zonas Húmidas	Peniche	Associação Pato
17 Out. - 19 Out.	LESAM 2007: 2 nd <i>Leading Edge Conference on Strategic Asset Management</i>	Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa	<i>International Water Association</i>
17 Out. - 19 Out.	IV Congresso sobre Planeamento e Gestão das Zonas Costeiras dos Países de Expressão Portuguesa	Funchal, Madeira	APRH
17 Out. - 19 Out.	Baragens de aterro. Solos, enrocamentos e misturas solo-enrocamento. Aspectos construtivos e de controlo.	Instituto Superior Técnico, Lisboa	Fundação para a Formação Contínua em Engenharia Civil
22 Out.	Seminário Internacional sobre Indicadores de Desenvolvimento Sustentável	Vilamoura, Portugal	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, Universidade do Algarve
22 Out. - 23 Out.	Seminário sobre Materiais em Ambiente Marítimo	Funchal	Laboratório Regional de Engenharia Civil
23 Out. - 25 Out.	Expo Água 2007: 2.ª Conferência Nacional da Água	TagusPark, Oeiras	Jornal Água & Ambiente
24 Out.	Seminário Europeu sobre Avaliação Ambiental Estratégica: A AAE em Portugal e na União Europeia	Lisboa	Associação Portuguesa de Avaliação de Impactes, Agência Portuguesa do Ambiente. Organizado no contexto da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia
24 Out. - 26 Out.	Conferência: "25 Anos, 27 Países, 27 Casos - A Gestão de Resíduos Urbanos na Europa"	Porto Palácio Hotel, Porto	LIPOR
29 Out. - 9 Nov.	Formação Profissional Especializada em Acompanhamento Ambiental em Obra	Lisboa	APEMETA - Associação Portuguesa de Tecnologias Ambientais
1 Nov. - 2 Nov.	Reunião Presidencial Portuguesa do Rótulo Ecológico Europeu	Lisboa	Organizado no contexto da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia
1 Nov. - 3 Nov.	III Congresso de Estudos Rurais - Agricultura Multifuncional, Desenvolvimento Rural e Políticas Públicas	Universidade do Algarve, Faro	Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais (SPER), Universidade do Algarve

EVENTOS E INICIATIVAS
Outubro / Dezembro

	Tema	Local	Promotor
5 Nov.	Reunião ENDWARE – <i>European Network of Drinking Water Regulators</i>	Lisboa	Organizado no contexto da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia
5 Nov.	Encontro Nacional sobre "A Instrumentação Científica e a Metrologia Aplicadas à Engenharia Civil"	Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa	Laboratório Nacional de Engenharia Civil
6 Nov. - 8 Nov.	Encontro Nacional de entidades Gestoras de Água e Saneamento - ENEG 2007	Centro Congressos de Lisboa, Lisboa,	Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Água
7 Nov. - 9 Nov.	European Development Days: Climate Change and Development Cooperation	FIL, Lisboa	EDDS – Ministério do Ambiente
7 Nov. - 10 Nov.	AMBIURBE, Salão Internacional do Ambiente e da Sustentabilidade	FIL, Lisboa	Associação Industrial Portuguesa
12 Nov. - 13 Nov.	Conferência sobre <i>Business & Biodiversity</i>	Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa	Organizado no contexto da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia
12 Nov. - 14 Nov.	Seminário Semestral e Reuniões do Comité de Monitorização e da Rede de Pontos de Contactos Nacionais do Programa ESPON	Évora	Organizado no contexto da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia
12 Nov. - 3 Dez.	Formação Profissional Especializada em Auditorias a Sistemas de Gestão da Qualidade e de Gestão Ambiental	Lisboa	APEMETA – Associação Portuguesa de Tecnologias Ambientais
13 Nov. - 15 Nov.	II Encontro Nacional de Riscos, Segurança e Fiabilidade	Centro de Congressos do Instituto Superior Técnico, Lisboa	Secção Portuguesa da Associação Europeia de Segurança e Fiabilidade
14 Nov. - 16 Nov.	Reunião da IQ-Net	Faro	Organizado no contexto da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia
15 Nov. - 18 Nov.	Conferência "Riscos Naturais na Europa, estratégias para a gestão de crises e mecanismos de resposta aos congéneres ..."	São Miguel, Açores	Organizado no contexto da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia
16 Nov.	<i>Workshop</i> sobre Sistemas de Gestão de Seca	Lisboa	Instituto da Água
16 Nov. - 7 Dez.	Formação Profissional Especializada em Legislação Ambiental	Pequeno Auditório da Culturgest, Lisboa	APEMETA – Associação Portuguesa de Tecnologias Ambientais
21 Nov. - 22 Nov.	Expo Energia2007	Núcleo Central do Taguspark, Oeiras	Jornal Água & Ambiente
21 Nov. - 23 Nov.	Engenharias' 07 Inovação & Desenvolvimento: 4.ª Conferência de Engenharia	Universidade da Beira Interior, Covilhã	Universidade da Beira Interior
27 Nov. - 28 Nov.	Modelação e gestão integrada de sistemas de saneamento	Instituto Superior Técnico, Lisboa	Fundação para a Formação Contínua em Engenharia Civil
30 Nov. - 2 Dez.	Congresso Nacional MICRO07 BIOTEC07 XIIIJPG	Faculdade de Ciências da U. Lisboa, Lisboa	Sociedades Portuguesas de Microbiologia e Biotecnologia
3 Dez.	Seminário "Gestão de Resíduos na Macaronésia"	Faial, Açores	Organizado no contexto da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia
3 Dez. - 4 Dez.	O enrocamento em obras marítimas e portuárias	Instituto Superior Técnico, Lisboa	Fundação para a Formação Contínua em Engenharia Civil

EVENTOS EM PORTUGAL



	Tema	Local	Promotor
1 Out. - 5 Out.	Sardínia 2007	S. Margherita di Pula, Sardinia, Italy	IWWG - International Waste Working Group; CISA - Environmental Sanitary Engineering Centre (IT)
5 Out.	Climate Change Seminar	Amsterdam, The Netherlands	International Water Association (IWA)
9 Out. - 12 Out.	6 th IWA Specialty Conference on Wastewater Reclamation and Reuse for Sustainability	Antwerp, Belgium	International Water Association (IWA)
10 Out. - 16 Out.	Advanced Training Workshop on Reservoir Sedimentation	Beijing, China	International Sediment Initiative of UNESCO, International Sedimentation Initiative; Ministry of Water Resources, China; (...)
16 Out. - 19 Out.	3 rd International Yellow River Forum on Sustainable Water Resources Management and Delta Ecosystem Maintenance	Dongying City, Shandong Province, China	Yellow River Conservancy Commission (YRCC), China
16 Out. - 19 Out.	International Meeting on Technology of Seawater Intrusion into Coastal Aquifers and International Symposium on Coastal Aquifers and Desalination Plants	Almeria, Spain	Subaqua Club, Spain; Spanish Geological and Mining Institute (IGME); Water Resources and Environmental Geology Research Group (RHyGA), Spain; UNESCO's International Hydrological
21 Out. - 26 Out.	IDA World Congress on Desalination and Water Reuse	Maspalomas, Gran Canaria, Spain	International Desalination Association (IDA)
28 Out. - 1 Nov.	Young Water Professionals	ASPIRE - Perth, Australia	International Water Association (IWA)
28 Out. - 2 Nov.	ISMAR6 - 6 th Biennial International Symposium on Managed Aquifer Recharge	Phoenix, Arizona, USA	Arizona Hydrological Society (AHS) in partnership with IAHR, ASCE/EWRI, and UNESCO
28 Out. - 2 Nov.	12 th World Lakes Conference 'Taal 2007'	Jaipur, Rajasthan, India	Ministry of Environment and Forests, India; International Lake Environment Committee (ILEC)
4 Nov. - 9 Nov.	HELP - Local Solutions to Global Water Problems: Lessons from the South	Pretoria, South Africa	Department of Water Affairs and Forestry of South Africa, in partnership with IWMI and UNESCO/HP HELP
8 Nov. - 10 Nov.	EURO RIOCI 2007: Conferencia Internacional sobre la Implementación de la Directiva Marco Europea sobre el Agua	Roma, Italia	Reseau International des Organismes de Bassin
11 Nov. - 15 Nov.	2 nd International Congress on Wastewater Treatment in Small Communities (SmallWat07)	Seville, Spain	Centre for New Water Technologies, Spain; United Nations World Water Assessment Programme; (...)
12 Nov. - 15 Nov.	AWRA 43 rd Annual Water Resources Conference	Embassy Suites Hotel, Albuquerque, NM	American Water Resources Association
12 Nov. - 15 Nov.	1 st International Conference on Adaptive and Integrated Water Management: Coping with Complexity and Uncertainty (CAIWA 2007)	Basel, Switzerland	EU Project New Approaches for Adaptive Water Management under Uncertainty (NeWater)
25 Nov. - 29 Nov.	8.º Simpósio de Hidráulica e Recursos Hídricos dos Países de Língua Oficial Portuguesa	São Paulo, Brasil	Associação Brasileira de Recursos Hídricos; APRH
25 Nov. - 29 Nov.	XVII Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos	São Paulo, Brasil	Associação Brasileira de Recursos Hídricos; APRH
4 Dez. - 7 Dez.	International Symposium on Drylands Ecology and Human Security	Dubai, United Arab Emirates	Gulf Cooperation Council (GCC) Network for Drylands Research and Development (NDRD)
4 Dez. - 7 Dez.	5 th International Symposium on Environmental Hydraulics (ISEH V)	Tempe, Arizona, United States	Arizona State University; University of Arizona; International Association of Hydraulic Engineering and Research



LEGISLAÇÃO NACIONAL

- Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro, do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, que procede à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, que estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial.
- Decreto-Lei n.º 311/2007, de 17 de Setembro, do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, que estabelece o regime de constituição e gestão dos empreendimentos de fins múltiplos, bem como o respectivo regime económico e financeiro.
- Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro, do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, que define o modelo de governação do Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013 e dos respectivos programas operacionais
- Decreto-Lei n.º 313/2007, de 17 de Setembro, do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, que desenvolve o regime jurídico aplicável à gestão, exploração, manutenção e conservação das infra-estruturas que integram o empreendimento de fins múltiplos de Alqueva e aprova as bases do respectivo contrato de concessão
- Lei n.º 58/2007, de 4 de Setembro, da Assembleia da República, que aprova o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território.
- Lei n.º 54/2007, de 31 de Agosto, da Assembleia da República, que constitui a Primeira alteração à Lei n.º 48/98, de 11 de Agosto, que estabelece as bases da política de ordenamento do território e de urbanismo.
- Lei n.º 57/2007, de 31 de Agosto, da Assembleia da República, que autoriza o Governo a aprovar o regime jurídico de acesso e exercício das actividades de produção de energia eléctrica a partir da energia das ondas
- Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de Agosto, do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, que estabelece o regime da qualidade da água destinada ao consumo humano, revendo o Decreto-Lei n.º 243/2001, de 5 de Setembro, que transpôs para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 98/83/CE, do Conselho, de 3 de Novembro
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 121/2007, de 24 de Agosto, da Presidência do Conselho de Ministros, que determina a revisão do Plano de Ordenamento do Parque Nacional da Peneda-Gerês
- Decreto-Lei n.º 304/2007, de 24 de Agosto, do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, que aprova a orgânica do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, I. P.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 117/2007, de 23 de Agosto, da Presidência do Conselho de Ministros, que aprova o Plano de Ordenamento da Reserva Natural das Lagoas de Santo André e da Sancha (PORNLSAS).
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/2007, de 21 de Agosto, da Presidência do Conselho de Ministros, que cria a estrutura de missão para a gestão do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PDRc)
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2007, de 21 de Agosto, da Presidência do Conselho de Ministros, que aprova a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável - 2015 (ENDS) e o respectivo Plano de Implementação, incluindo os indicadores de monitorização (PIENDS).
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/2007, de 21 de Agosto, da Presidência do Conselho de Ministros, que cria a estrutura de missão para a gestão do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PDRc).
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2007, de 20 de Agosto, da Presidência do Conselho de Ministros, que aprova a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável - 2015 (ENDS) e o respectivo Plano de Implementação, incluindo os indicadores de monitorização (PIENDS)
- Decreto-Lei n.º 285/2007, de 17 de Agosto, da Presidência do Conselho de Ministros, que estabelece o regime jurídico dos projectos de potencial interesse nacional classificados como PIN +.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 108/2007, de 17 de Agosto, da Presidência do Conselho de Ministros, que determina a alteração ao Plano de Ordenamento da Orla Costeira Sado-Sines.
- Decreto-Lei n.º 290/2007, de 17 de Agosto, do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, que altera o artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 38 382, de 7 de Agosto de 1951, que estabelece o Regulamento Geral das Edificações Urbanas (RGEU).
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 104/2007, de 7 de Agosto, da Presidência do Conselho de Ministros, que determina a alteração ao Plano de Ordenamento da Orla Costeira Burgau-Vilamoura.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 103/2007, de 6 de Agosto, da Presidência do Conselho de Ministros, que aprova o Programa dos Tectos de Emissão Nacionais.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 103/2007, de 6 de Agosto, da Presidência do Conselho de Ministros, que aprova o Programa dos Tectos de Emissão Nacionais



LEGISLAÇÃO NACIONAL

- Decreto-Lei n.º 279/2007, de 6 de Agosto, do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 276/99, de 23 de Julho, que define as linhas de orientação da política de gestão da qualidade do ar e transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 96/62/CE, do Conselho, de 27 de Setembro, relativa à avaliação e gestão da qualidade do ar ambiente
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 102/2007, de 3 de Agosto, da Presidência do Conselho de Ministros, que aprova a revisão do Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve
- Decreto-Lei n.º 276-B/2007, de 31 de Julho, do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, que aprova a orgânica da Inspeção-Geral do Ambiente e do Ordenamento do Território.
- Decreto-Lei n.º 278/2007, de 1 de Agosto, do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, que altera o Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de Janeiro, que aprova o Regulamento Geral do Ruído.
- Portaria n.º 829/2007, de 1 de Agosto, do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, que divulga a lista dos sítios de importância comunitária (SIC) situados em território nacional pertencentes às regiões biogeográficas atlântica, mediterrânica e macaronésica.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 91/2007, de 13 de Julho, da Presidência do Conselho de Ministros, que determina a elaboração do Plano de Ordenamento das Albufeiras da Bemposta, do Picote e de Miranda e constitui a respectiva comissão mista de coordenação.
- Decreto-Lei n.º 254/2007, de 12 de Julho, do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, que estabelece o regime de prevenção de acidentes graves que envolvam substâncias perigosas e de limitação das suas consequências para o homem e o ambiente, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2003/105/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Dezembro, que altera a Directiva n.º 96/82/CE, do Conselho, de 9 de Dezembro, relativa ao controlo dos perigos associados a acidentes graves que envolvam substâncias perigosas.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 88/2007, de 11 de Julho, da Presidência do Conselho de Ministros, que determina a elaboração do Plano de Ordenamento das Albufeiras da Valeira e do Pocinho e constitui a respectiva comissão mista de coordenação.

XXXV CONGRESSO INTERNACIONAL DE HIDROGEÓLOGOS - ÁGUA SUBTERRÂNEA E ECOSISTEMAS

As águas subterrâneas são um recurso natural imprescindível para a vida e para a integridade dos ecossistemas, representando mais de 95% das reservas de água doce exploráveis do globo.

Delas dependem em grande parte as actividades agrícolas e industriais, constituindo além do mais uma componente fundamental no abastecimento público: mais de metade da população mundial depende das águas subterrâneas.

Estudos desenvolvidos no contexto do projecto Avaliação do Milénio dos Ecossistemas, lançado em Junho de 2001 por iniciativa do Secretário-Geral das Nações Unidas, mostraram que são muitos os ecossistemas que estão ameaçados pela sobre-exploração das águas subterrâneas, pela poluição tóxica e difusa que as afecta e pelos impactos directos e indirectos das alterações climáticas na disponibilidade hídrica.

Todas essas referidas acções antropogénicas têm reflexos negativos na saúde dos ecossistemas e nos serviços por eles prestados, como é o caso particular dos ecossistemas dependentes de águas subterrâneas, entendidos aqui como aqueles que necessitam parcial ou totalmente de água subterrânea para manter os processos ecológicos, garantindo a sua própria biodiversidade.

Trabalhos recentes têm revelado igualmente que os aquíferos possuem, ao invés do que era esperado, uma biodiversidade própria que se reflecte na grande heterogeneidade de habitats. A componente biológica destes ecossistemas subterrâneos presta todavia um importante serviço como ecossistema: o de purificação da água através da degradação microbiana dos compostos orgânicos que entram no sistema, eliminando elementos patogénicos e contaminantes químicos.

Organizado pelo Grupo Português da Associação Internacional de Hidrogeólogos, decorreu em Lisboa, na Faculdade de Ciências, de 17 a 21 de Setembro, o XXXV Congresso Internacional de Hidrogeólogos, dedicado ao tema Águas Subterrâneas e Ecossistemas.

Este evento, o mais importante a nível mundial dedicado às águas subterrâneas e que pela primeira vez teve lugar em Portugal, contou com a participação de cerca de 600 cientistas dos 5 continentes.

A realização deste Congresso em Lisboa não poderia ter ocorrido num momento mais oportuno já que a Presidência Portuguesa elegeu como uma das prioridades nos domínios do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, a Escassez de Água e a Seca e as Alterações Climáticas.

Luís Ribeiro

Presidente da Comissão Científica do XXXV Congresso Internacional de Hidrogeólogos

(membro da APRH n.º 399)

FICHA TÉCNICA

Edição e propriedade: APRH, Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos. **Endereço:** APRH, a/c LNEC, Avenida do Brasil, 101, 1700-066 Lisboa. **Telefone:** 21 844 34 28. **Fax:** 21 844 30 17. **Endereço electrónico:** aprh@aprh.pt. **Síte:** <http://www.aprh.pt>. **Comissão Redactorial:** Alexandra Serra e Katila Ribeiro. **Execução Gráfica:** André Cardoso. **Edição Electrónica:** <http://www.aprh.pt>.